

BREVE HISTÓRICO DA PROFISSÃO DOCENTE

Luana Rafaela da Silva Costa¹
Geiferson Bonfim da Silva²

RESUMO

Este artigo apresenta uma breve síntese de aspectos históricos do exercício da profissão professor, através de uma revisão de literatura apresentando como ao longo dos séculos aconteceram as mudanças sobre os modelos educacionais, o estatuto profissional, bem como o papel do professor na sociedade, fatores esses instituídos e instituidores de certa cultura educacional. Compreender essa trajetória nos permite entender como a tradição finca raízes que se entrecruza e/ou se opõe às mudanças emergentes e desafios que confirmam o atual cenário social do trabalho docente. O trabalho docente sempre esteve em um viés histórico de submissão, inicialmente as normas religiosas e em seguida as normas do estado. Traços esses que influenciaram e influenciam a profissão até os dias atuais somados aos novos desafios.

Palavras-chave: Reflexões históricas, Profissão professor, Formação Docente.

INTRODUÇÃO

Qual a história da profissão professor? Quem foram os primeiros professores? É perfeitamente natural exercer a profissão docente por anos e não saber sobre sua constituição histórica. Isso se dá pela continuidade secular e movimentos de acumulação das coisas que nos parecem óbvias e naturais, até porque negligenciar essas indagações não impede o exercício docente. Entretanto, a história possibilita compreender o longo processo de encadeamentos que influenciaram e influenciam a profissão até os dias atuais.

Apresentei alguns recortes históricos realizados por meio de uma revisão de literatura retratando como acontecimentos sociais, religiosos e econômicos influenciaram o desenvolvimento da educação, bem como da profissão professor. A abordagem das questões propostas pelo tema é uma tarefa que exige, preliminarmente, um estabelecimento de conceitos que permitam o entendimento razoavelmente seguro, ou menos problemático, desse universo. Desse modo para este exercício de escrita, tracei um percurso que permitiu trabalhar com aportes teóricos que enfatizam a importância do tema proposto.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação de Ciências e Matemática da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/CAA, lr.luanarafacla@gmail.com;

² Pós-Graduado em Ensino de História com Ênfase em História do Brasil pela Faculdade Osman Lins- FACOL, geiferson_13@hotmail.com;

Destarte, o presente texto problematiza e visualiza quais as perspectivas em que se trabalha a prática docente desde sua gênese a contemporaneidade. Alguns destes vestígios têm uma longa história, que antecede em muito a profissão docente conhecida hoje e sua hegemonia nas sociedades. O desprezo desta constatação pode deixar em segundo plano uma grande parte da história humana, ou ao menos de um grande universo de fontes para o seu estudo, que são fundamentais ao fazer histórico. Nossa metodologia pauta-se no estudo de releituras bibliográficas coesas, que nos dão suporte teórico para enfatizarmos nossas ideias acerca da problemática.

PRIMEIROS PROFESSORES

Segundo Bergson (2005) os primeiros pensadores da Grécia simplesmente buscavam soluções de problemas que se abancavam naturalmente, logo começavam a refletir, sobre as coisas que pareciam tácitas. Como por exemplo: O que é o universo? Como se formam as coisas que nos cercam? Etc. Os filósofos preocupavam-se com a determinação do princípio das coisas e com isso chegavam a conclusões importantes. Ao pensarmos na profissão docente, somos conduzidos a pensar inicialmente o sentido da educação e os processos educacionais. O cenário atual torna-se um reflexo de acontecimentos, renovações, inovações e conflitos retratados historicamente.

De acordo com Santos (2001) a proposta de educação do homem como membro de uma cultura teve origem na Grécia, na intenção de formar os jovens, preocupação de toda filosofia clássica. Essa formação denominada *paidéia* (formação), associada a *areté* (virtude) era como os gregos viam pela primeira vez a educação como um processo consciente e não mero adestramento. Desde a antiguidade a educação implica em uma temperança, menos corrompida, menos influenciadas pelos desejos e paixões.

Diante disso, buscaram imprimir nos sujeitos o reconhecimento das responsabilidades dos valores de sua sociedade, com isso educação e virtude não podiam ser pensadas separadas, a educação era visionada em excelência e perfeição. “O homem grego devia ser educado para a virtude, de modo virtuoso, por pessoas virtuosas, praticando ações virtuosas e fazendo sua cidade virtuosa” (SANTOS, 2001, p. 2). Embora o termo *paidéia* fosse empregado com conotações positivas na Grécia, no sentido uma espécie de cultura geral necessária ao homem livre, Epicuro tece críticas por considerar que o único objetivo era meramente sentir-se admirado pelas massas (FOUCAULT, 2010).

Segundo Santos (2001) os primeiros professores da história da educação foram os sofistas, que se ocupavam com o ensino das técnicas ou da arte de ser cidadão. Contrário a ideias dos filósofos que pensavam em virtudes, os sofistas ensinavam quem pudesse pagá-los, por isso não estavam preocupados com verdade, justiça nem virtudes. Ensinavam sobre existência, ideias, leis, percorriam cidades para ensinar retórica. Tinham como fundamento o professor sair bem na exposição de suas ideias, bom desempenho nas assembleias, ser persuasivo, usar adequadamente as palavras, as virtudes eram modificadas de acordo com a conveniência lucrativa. Eram considerados pelos filósofos como demagogos e charlatões.

O fato de os Sofistas cobrarem dinheiro pelos serviços gerou críticas, inclusive de Sócrates, por compreender que os jovens deveriam hesitar antes de procurar os serviços deles, pois deveriam recusar aquilo que os sofistas ensinavam. “Sócrates atribuiu-se uma missão: a de aperfeiçoar os outros homens, de esclarecê-los, de desmascarar a falsa ciência, enfim, de examinar, de pregar o livre exame, de ensinar os homens a darem-se conta do que fazem” (BERGSON, 2005, p. 270). Para ele, o homem deveria ser lembrado pela bela conduta, a qual buscou desenvolver em Alcibíades.

Os sofistas causaram uma verdadeira revolução na educação de sua época, são considerados os primeiros professores da história pelo caráter lucrativo, tal como acontece hoje, onde os profissionais recebem salários para ensinar, antes disso apenas os nobres e seus filhos tinham acesso para aprender retórica, condição importante para os cidadãos. Diferentes dos outros filósofos eles não tinham um mestre pensador que deveria ser seguido, mas cada um possuía interesses diversos, embora algumas características mantinham-se em comum, uma marca delas é o relativismo - não existe verdade absoluta - aplicavam a todas as áreas da vida. Relativizavam a verdade, a moral, o governo, os deuses, religião, política... (CATRO, 2013).

Santos (2001), apresenta como o fundamento educação para virtude e cidadania, presente na LDB³ institui a escola como espaço para formar parcialmente cidadãos e a difusão de valores que inspirem ética e cidadania. “Para que a escola seja inspiradora de valores éticos, é preciso que ela também seja um espaço ético, operando por meios éticos. De acordo com os clássicos, isso não poderia ocorrer de outro modo” (p. 3). Platão considerava que a *paidéia*, só poderia ser implementada por aquele cidadão que tivesse passado por um longo processo de aprendizagem, constituído de virtudes e verdades. E com isso, os filósofos

³Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB - LEI nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

clássicos estariam focados em buscar conhecimentos e de como ensiná-la. Discussões presentes atualmente, sobre transformar os professores em cidadãos aptos a ensinar.

Segundo Souza (2003) há um certo misticismo associado a figura do professor, característica atribuída desde as comunidades primitivas, quando a passagem de costumes e mitos eram passados de geração em geração transmitidos pelos anciões aos jovens, que deveriam mais tarde repassar aos demais. A figura do professor nesse sentido emerge de uma situação sociocultural, representada por uma evidente necessidade, a de se preparar os novos participantes do âmbito social. Assim, seguindo a dinâmica das transformações que ocorrem nas diversas sociedades organizadas. Um ciclo de reprodução realizado através de dogmas e rituais, este modelo reprodutivo conferia ao “professor” essa auréola de misticismo, dando-o um patamar diferenciado e superior. Ao longo dos tempos quer junto dos mestres ou nas escolas conventuais e catedrais, juntos aos religiosos e colégios jesuítas também encontramos um modelo de produção social e cultural.

CONTROLE RELIGIOSO X CONTROLE ESTATAL

Se pegarmos, por exemplo, a instauração e funcionamento sobre o estudo da educação no Brasil, há uma predominância da cultura das classes dominantes, ainda que imbuídos a fé cristã, teve como missão a instrução e a catequese aliados aos interesses da Coroa. A fundação de colégios, a partir de 1548, planejavam peregrinar pelo mundo, para tarefas de evangelização. A necessidade de normatização do trabalho nos colégios exigiu a codificação do plano de estudos empreendidos pela Companhia de Jesus, o *Ratio Studiorum* (1598), era exigido ao futuro professor, uma etapa de mortificação do corpo, através dos exercícios espirituais, só depois, estaria preparado (purificados), para ingressar na sua longa preparação intelectual e mais tarde pedagógica (SOUZA, 2003; FRANCA, 1952).

A obediência as normas superiores era um traço marcante na personalidade desses professores, inclusive a preservação de um saber delimitado, impedindo-o de enveredar qualquer tipo de inovação.

Os professores com tendência para a novidade ou para uma inteligência mais livre devem, sem dúvida, ser excluídos do ensino. (Regra 16 do Provincial). [...] Mesmo em questões sem perigo para a fé e a piedade, ninguém deve se atrever a introduzir matéria nova nem assuntos que não sejam caucionados por um autor capaz, sem consultar os superiores[...] (Regra 6 comuns aos professores das Faculdades Superiores).

A preleção deve apenas explicar os autores antigos, nunca os modernos. É preferível que o professor fale com uma certa ordem e preparação e que exponha o que escreveu em casa, lendo todo o livro ou o discurso que tiver nas mãos. (Regra 27 comuns aos professores dos Estudos Inferiores). (SOUZA, 2003, p. 18).

Após a expulsão dos Jesuítas pelo Marquês de Pombal, apresentou-se necessária uma reforma educacional, porém, não se alterou o modo de pensamento, o conhecimento como inquestionável continuou a existir. Seu governo era considerado controverso, ideológico e autoritário. “As ordens religiosas da atividade docente vão acompanhar os professores ao longo de toda a sua história socioprofissional. Agentes da Igreja, os professores transformar-se-ão durante o século XVIII em funcionários do estado” (NÓVOA, 1989, p. 436).

O professor continuou sobre controle, a educação passou das mãos da igreja para as mãos do Estado. Seu papel continuou pautado em ser agente da reprodução social e minuciosamente sondado sobre seu passado moral e político. Houve muitas reformas, inclusive desastrosas.

Enquanto na Metrópole buscava-se construir um sistema público de ensino, mais moderno e popular, na colônia, apesar das várias tentativas, através de sucessivos alvarás e cartas régias, as Reformas Pombalinas no campo da educação, só logrou desarranjar a sólida estrutura educacional construída pelos jesuítas, confiscando lhes os bens e fechando todos os seus colégios (SECO; AMARAL, 2006, p. 5).

A educação no Brasil, manteve-se estagnada após as reformas realizadas em Portugal. Somente em meados do século XVIII, houve novos sentidos de administração e reformas de instrução realizados pela Real Meza Censória (posteriormente substituída pela Meza da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros), através do recurso, imposto chamado “subsídio literário”, foram aplicados em compra de livros para bibliotecas públicas subordinadas a Meza, deixando claro o controle político e ideológico que iria ser exercido sobre as práticas escolares e sobre os professores. A cobrança desse imposto gerou tensões, da comunidade em reivindicação e vigilância aos professores, argumentando que são pagos com o dinheiro que o Estado lhes cobrava. E os professores que afirmavam prestar contas apenas as autoridades centrais (NÓVOA, 1989).

Mesmo com essas reformas na tentativa de substituição do modelo jesuítico pelas Aulas Régias ⁴, continuaram a ser oferecidas aulas no modelo jesuíta em seminários e colégios de ordem religiosa. Ao final do século XVIII a proposta de Pombal ainda não estava consolidada, as influências iluministas na cultura portuguesa refletiram diretamente na educação brasileira, principalmente na formação de professores (VIEIRA; GOMIDE, 2008).

⁴ As Aulas Régias foram determinadas pelo Alvará Régio de 1759. Esses intelectuais incorporaram os ideais iluministas; criticavam a concepção de método e sistema educacional preconizados pelos jesuítas, aos quais consideravam retrógrados, e denunciavam o atraso econômico de Portugal como consequência de um ensino também atrasado (ROSITO, 2002).

CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO: PROFESSORES COMO FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

Em 1827 são realizados os primeiros exames de seleção para mestres, os professores examinados em sua proficiência na aplicação do método do ensino mútuo, no qual deveriam se aperfeiçoar. Durante o final do século XVIII até início do século XX acontece processualmente a *funcionarização* dos professores e a consolidação de um estatuto imposto pelo estado e reivindicado pelos professores. O Estado asseguraria o salário do professor e garantiria a profissão através de um conjunto de normas de recrutamento e seleção, reconhecendo-os como especialistas do ensino, bem como perseguir os mestres clandestinos (aqueles que dedicavam-se ao ensino sem autorização estatal), isentaria os professores dos impostos, por outro lado, os professores ajudariam a consolidação do Estado que faz da escola seu principal instrumento de manutenção e reprodução, pois o funcionário do Estado não se opõe ao Estado (NÓVOA, 1989).

Os professores passaram a assumir assiduamente o trabalho pela prosperidade e bem-estar da nação, ocupavam-se a obediência às leis e a sujeição aos poderes constituídos a pátria, ensinavam sobre a lealdade republicana e a adesão aos ideais do Estado Novo. Nóvoa (1989) descreve que por décadas não colocaram em causa a fidelidade do corpo docente ao Estado, dentro ou fora da escola.

Entretanto, havia problemas e conflitos, reivindicação de salários, ausência de carreira profissional, atritos gerados pelas associações de professores proibidas pelos governos, autorizadas apenas para tratar assuntos da educação impedidas legalmente de intervir em defesa de interesses socioprofissionais. Em síntese, neste momento de consolidação do Estado, os professores constituem-se como profissão, entre os séculos XVIII ao XX, onde terá o marco do Movimento da Educação Nova, prevendo novos estatutos para a profissão de professor.

AS LUTAS E REFORMAS EDUCACIONAIS

No século XIX há movimentos, congressos e artigos promovendo debate afirmando que os professores não são meros empregados públicos e que o Estado era incompetente para tratar de assuntos pedagógicos, sendo essa uma responsabilidade exclusiva do professorado e estabelecimentos de ensino. Há outros movimentos e correntes sobre os limites e condicionamentos aos professores. Também em meados do século XIX, segundo Saviani

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

(2009) acontecem os primeiros ensaios relativos à formação de professores e a instalação das escolas de ensino mútuo, com isso trouxe a necessidade de instrução de métodos de ensino. Nóvoa (1989) afirma que esses métodos de ensino tinham influência europeia, havia uma forte tendência a instrumentos pedagógicos por acreditar que esses eram capazes de reverter a ineficiência do ensino escolar, elaborando matérias destinadas à boa aplicação do método.

No período da Proclamação da República (1889) sob princípios de orientação positivista, sem considerar diferenças e peculiaridades do país em relação a formação do professor, propugnavam reformas educacionais pouco ajustadas a realidade brasileira, inspiradas na Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos. Novas reformas procuravam inovar modelos e imitar desconsiderando as realidades subjetivas do país. (VIEIRA; GOMIDE, 2008).

Para Saviani (2004), muitas medidas de ordem estrutural e organizacional foram definidas nessa época, como bases estruturais, organização de salas, seriação, organização do conteúdo, principal legado educacional do início do século XX. A década de 1930 também traz momentos marcantes, a agricultura cafeeira, oligárquica, latifundiária, processo de urbanização, a importação de equipamentos e tecnologias, com isso, a necessidade de profissionais técnicos e professores para assessorar a implantação desses equipamentos, tornando a educação um fim cívico, moral e instrumental. Esse cenário não favoreceu a expansão do ensino, somente tardiamente em meados de 1950 é que possível observar essa expansão de fato.

Gatti et al (2019) descreve que no final da década de 1930, era insuficiente a quantidade das escolas secundárias considerando o tamanho da população, além disso, tinham professores de diversas áreas que se propunham a lecionar, porém sem formação pedagógica-didática. Inclusive, a autora retrata os traços persistentes históricos com os atuais bem como a dificuldade atual de professores habilitados para cobrir as demandas da população, além dos recursos insuficientes e a falta de condições e remunerações adequadas.

Em 1891 com a Constituição da República, houve a descentralização do ensino, competindo a União criar instituições de ensino superior e secundários nos Estados, delegando aos estados e municípios a competência de legislar o ensino primário, sob um regime livre e democrático. Visando a consolidação do Estado republicano fortaleceram-se as ideias da educação como direito de todos e dever do estado, tendência dominante na Europa, após a segunda guerra. Em meio ao desenvolvimento do capitalismo, um projeto de modernização nacional de educação foi considerado fundamental.

É nesse contexto de expansão industrial que emergem novas demandas sociais. Responsabiliza a educação ao desenvolvimento nacional, entretanto relacionado aos interesses burgueses. Há um dualismo entre os cursos superiores e os cursos de qualificação para o trabalho, surgem também os cursos noturnos para a população trabalhadora garantir subsistência e possibilidade de mobilidade social (VIEIRA; GOMIDE, 2008).

Somente em 1932 no Manifesto dos Pioneiros há um determinado interesse educacional nacional, aliando um conjunto de atividades educativas, manifesto defendido pela Escola Nova emergindo com isso, a expansão e defesa da escola pública. Para Saviani (2004) esse momento é considerado um marco, mesmo com algumas inconsistências epistemológicas, foi um momento inspirador, possibilitando posteriormente a criação da teoria da educação e a política educacional, como a prática pedagógica em todo país.

Com a consolidação do Estado Novo, em 1937, a constituição estabelece bases explícitas a educação primária, além da secundária e superior. Os professores são chamados a se profissionalizarem para atender as demandas, redefinindo a formação sem grandes inovações. No geral, a educação profissional atrelada ao desenvolvimento econômico capitalista industrial, exigindo formação dos pobres, devido à grande demanda.

Segundo Saviani (2009) ao longo da década de 30 houve o advento das instituições para formação de professores – nível secundário - não apenas como objeto de ensino, mas também de pesquisa. Onde buscava-se investigar e superar as deficiências das escolas normais, através de perspectivas teóricas-científicas avançando as questões pedagógicas-didáticas. Havia curso de especialistas na educação (bacharelado), professores destinados a atuar nas escolas normais (licenciatura) e o quadro 3+1 destinado à formação para ser docente na educação básica.

Nos anos sessenta, com o golpe de 1964, o país entra em um período marcado por políticas de desenvolvimento econômico, onde a educação tem um papel fundamental, como afirma Gatti et al (2019), um projeto de ampliação da escolarização, principalmente ligadas por questões econômicas, metas operacionais, incentivo a cursos profissionalizantes, mesmo sem financiamento adequado, ficando a cargo dos estados e com isso, gerando desigualdades regionais. Na década seguinte até os anos 80, no governo militar houve uma crescente oferta de instituições particulares para formação de professores, também vigoravam exames de suficiência e cursos de formação complementar. Anos depois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996) vem tratar da formação e da organização do ensino, que vem mudando ao longo dos anos.

Observamos que sempre houve improvisações as necessidades da expansão do ensino, por vezes equivocadas. Bem como a profissão como sinônimo de agente cumpridor de diretrizes emanadas de cima. Para Souza (2013) olhar para heranças profissionais, revelam como o professor oscila entre a missão de reprodução do sistema como de transformação e progresso social. A autora aponta novos conflitos, como o desenvolvimento avassalador do conhecimento, onde o professor precisa estar seguro cientificamente diante dos enormes avanços e material produzido. Precisa dominar metodologias e técnicas de ensino aliciantes como motivadoras, saber definir os objetivos, utilizar recursos apropriados, analisar os resultados, estar seguro didaticamente. Além da falta de acompanhamentos dos pais dos alunos, bem como outros inúmeros desafios.

Atualmente, há críticas em relação ao sistema educacional e as necessidades sociais dos nossos dias, embora aja uma considerável expansão dos sistemas educativos. São comuns discursos sobre a desmotivação dos alunos, professores sentem-se socialmente desvalorizados e desapoitados, bem como empresários alertando a falta de qualidade enxergando fins lucrativos de investimento.

A ideia de educação imbricou-se com escolarização, podemos notar facilmente fatores que corroboraram para esse fim. Moura (2007) descreve fatores marcantes do século XXI, a intolerância, o consumismo, o viés cada vez mais tecnicista e predominância no mercado, orientam e conduzem o sistema educacional vigente a um modelo social e econômico, reduzindo a função da escola à formação de recursos humanos, torando-se sinônimo de instrução. O ambiente escolar tornou-se espaço para instrução e habilidades precisos na vida profissional. Fatores que não diferem totalmente do período de desenvolvimento capitalista industrial, agora pautado em consumismo e competição.

A profissão professor sempre esteve adstrita, seja do sentido de misticismo, seja com foco religioso e até mesmo com o controle do estado. Diferentemente dos outros funcionários foram portadores de uma mensagem cultural e social. Por isso, seu fundamento no sentido de vocação e de sacerdócio impregnado atualmente. Para Souza (2013) a capacidade de reflexão crítica é um passo para a profissionalidade, passando de agente a autor. “Ele terá de ser, assim, o prático reflexivo de que nos fala Schön (1987) e Zeichner (1993), que atua não em cumprimento de ordens emanadas de cima, mas porque conquistou a sua autonomia profissional” (SOUZA, 2013, p. 10).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse breve recorte histórico podemos perceber algumas rupturas ao passar dos séculos. Segundo Gatti et al (2019), temos realizações que beneficiaram as populações de modo geral, entretanto situações de exclusão social, bem como traços que se mostram persistentes e problemáticos atualmente.

A maioria das crenças encontram-se abaladas, mas os professores não conseguiram criar outras referências, um novo sentido ético e social. “Que professores temos? Que professores queremos ser? É possível construir uma forma nova de ser professor? É possível imaginar uma outra maneira de estar na profissão docente?” (NÓVOA, 1989, p. 447). Essas indagações são formas de questionar o que rege o trabalho docente atualmente, quantas raízes vêm sendo arrastadas pela profissão, quantas são quebradas, uma profissão com uma bagagem histórica enorme marcada pelo controle e submissão deve manter-se sempre questionada, principalmente por aqueles que a exercem, uma possibilidade não apenas para refletir, mas quem sabe começar a criar novas maneiras de ser professor.

REFERÊNCIAS

BERGSON, H.; **Cursos sobre a Filosofia Grega**. Henri Bergson: Tradução Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, R. C. G.; **Platão contra os sofistas: sobre a retórica**. 2013 Disponível em: <http://www.hottopos.com/convenit12/05-14Roberto.pdf> Acesso em 5 ago. 2019.

FOUCAULT, M.; **A hermenêutica do sujeito**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRANCA S. J. L.; **O método pedagógico dos jesuítas: o “Ratio Studiorum”**: Introdução e Tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; DALMAZO, A. A.; ALMEIDA, P. C. A. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, p.351, 2019.

MOURA, G.; escolarização e educação: da convergência e divergência. **Rios Eletrônica – Revista Científica da FASETE** – Ano 1 – n.1, ago. 2007

NÓVOA, A.; Profissão: Professor. Reflexões Históricas e Sociológicas, **Análise Psicológica**, 1-2-3 (VII), p.435-456, 1989.

ROSITO, M. M. B.; **Aulas Régias: Currículo, Carisma, Poder - um teatro clássico?** 2002. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/251268/1/Rosito_MargareteMayBerkenbrock_D.pdf Acesso em: 01 ago. 2019.

SANTOS, G. A.; **Ética e educação** 2001. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/espanhol/pdf/%C3%89tica%20e%20cidadania/%C3%89tica%20e%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 29 jul. de 2019.

SAVIANI, D.; **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, São Paulo -SP: autores associados, 2004.

SAVIANI, D.; Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 40, p.143-155, 2009.

SECO, A. P.; AMARAL, T. C. I. do.; Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira. **HISTEDBR** - Faculdade de educação da UNICAMP, São Paulo, 110p, 2006.

SOUSA, J. M.; Professor de outrora e professor de agora. Rumo à profissionalidade docente. **Revista ELO**, v. 20, n.1, p.125-135, 2013.

SOUSA, J. M.; Os jesuítas e a Ratio Studiorum: as raízes da formação de professores na Madeira. **Revista Islenha**, Madeira, n. 32, p.26-46, jan./jun. 2003.

VIEIRA, A. M. D. P.; GOMIDE, A. G. V.; História da formação de professores no Brasil: o primado das influências externas. **Anais EDUCERE**, 2008.